

## O patrimônio cultural dos municípios catarinenses integrantes do Geoparque mundial da UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul

Cultural heritage in the cities of Santa Catarina that are part of the UNESCO Global Geopark Southern Canyons Pathway

### Anna Lethicia dos Santos

Mestra em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade da Região de Joinville. E-mail: lethicia.anna@gmail.com  
ID 0009-0003-4475-607X

### Dione da Rocha Bandeira

Doutora em História, Universidade da Região de Joinville.  
E-mail: dione.rbandeira@gmail.com  
ID 0000-0002-5878-769X

### Mariluci Neis Carelli

Doutora em Engenharia da Produção, Universidade da Região de Joinville. E-mail: mariluci.carelli@gmail.com  
ID 0000-0002-0107-383X

### Juliano Bitencourt Campos

Doutor em Arqueologia, Universidade do Extremo Sul Catarinense. E-mail: jbi@unescc.net  
ID 0000-0002-0300-1303

### José Gustavo Santos da Silva

Mestre em Ciências Ambientais, Universidade do Extremo Sul Catarinense. E-mail: gustasantos92@gmail.com  
ID 0000-0003-0578-8266

### Mikael Miziescki

Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, Universidade do Extremo Sul Catarinense. E-mail: miziescki@gmail.com  
ID 0000-0002-7204-3339

### Resumo

O artigo tem como objetivo refletir a respeito das imbricações existentes entre o Geoparque Mundial da UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul e o patrimônio cultural presente nos municípios catarinenses integrantes. A metodologia baseia-se em pesquisa documental e bibliográfica. Como resultado observou-se que o patrimônio cultural exerce papel de destaque dentro da estrutura do território e que a chancela da UNESCO concedida pode trazer desdobramentos positivos para a região.

*Palavras-chave:* Patrimônio Imaterial; Geodiversidade; Desenvolvimento regional;

### Abstract

The aim of this article is to reflect on the imbrications between the UNESCO Global Geopark Southern Canyons Pathways and the cultural heritage present in the municipalities of Santa Catarina that are part of it. The methodology is based on documentary and bibliographical research. As a result, it was observed that cultural heritage plays an important role within the structure of the territory and that the UNESCO seal granted could have positive consequences for the region.

*Keywords:* intangible Heritage; Geodiversity; Regional development;

DOI: 10.18616/rdsd.v10i1.8551

Recebido: 16/01/2024  
Aprovado: 24/04/2024

## 1. Introdução

Geoparques são mecanismos internacionais de cooperação, são territórios vivos voltados precipuamente para a proteção do patrimônio geológico a partir da educação e do turismo (Brilha, 2012; Henriques; Brilha, 2017). São áreas complexas, nas quais as Ciências da Terra se interligam com espaços ocupados por comunidades locais e por sua história. Mais do que geologia, a filosofia dos geoparques se volta para o desenvolvimento local e para o senso de pertencimento e identificação das comunidades com a área abrangida (UNESCO, 2015; PORSHNOV et al., 2019).

Nestes territórios, ciências e comunidades locais e tradicionais caminham lado a lado, no intuito de desenvolver de forma sustentável a região (Santos et al., 2023). Embora o patrimônio geológico seja o pré-requisito para a composição e o reconhecimento destes territórios, este não se configura como um local onde haja exclusivamente este tipo de patrimônio (Brilha, 2012; Nascimento; Gomes; Soares, 2015). Segundo a Unesco (2023), os Geoparques são áreas geográficas unificadas, sítios e paisagens de relevância geológica internacional e são administrados com base em princípios humanitários e um conceito holístico de proteção, educação e desenvolvimento sustentável.

Para Brilha (2012 p. 32) “um geoparque procura estabelecer estas ligações de forma a promover uma identidade única do território, representada pelos seus aspectos naturais (geológicos, fauna e flora) e culturais”. Rosado-Gonzalez et al., (2019, p. 110) concluem que os geoparques são “os territórios mais recentes e inovadores que promovem o desenvolvimento sustentável em uma perspectiva holística, considerando educação, desenvolvimento local, pesquisa científica, proteção e promoção do patrimônio natural e cultural”.

Neste sentido, múltiplas são as relações entre o patrimônio geológico e o patrimônio cultural, especialmente no contexto dos geoparques que buscam estabelecer vínculos estreitos entre componentes bióticos, abióticos e culturais. Elementos geomorfológicos muito comumente são referências locais que passam a compor a cultura local e podem se tornar monumentos de grande importância. Montanhas, vulcões, penhascos, cânions, cavernas, instigam nas comunidades locais crenças, lendas e histórias do imaginário popular. São, também, a base e o estímulo de saberes e fazeres locais (PORSHNOV et al., 2019; PIJET-MIGÓN; MIGÓN, 2022).

Estes territórios foram estabelecidos a partir dos anos 2000 na Europa e Ásia, e esta ideia migrou para outros continentes em anos posteriores. a outros continentes em anos posteriores. Atualmente no Brasil (2024) são reconhecidos seis territórios chancelados, sendo o precursor o Geoparque Mundial da UNESCO Araripe, oficializado em 2006. Estes territórios ganharam destaque recentemente com o estabelecimento de cinco novos locais chancelados pela UNESCO, sendo eles: O Geoparque Seridó no Estado do Rio Grande do Norte, os Geoparques Quarta Colônia e Caçapava no estado do Rio Grande do Sul, o

Geoparque Uberaba no estado de Minas Gerais.

Outro destes representantes é o Geoparque Mundial da UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul (GMUCCS), chancelado em abril de 2022 como um dos novos integrantes da Rede Mundial de Geoparques (GGN) no Brasil. O território se localiza na região sul do país e é formado por sete municípios: Morro Grande, Praia Grande, Timbé do Sul e Jacinto Machado, em Santa Catarina (SC); e Torres, Mampituba e Cambará do Sul, no Rio Grande do Sul (RS). A gestão do geoparque está atualmente sob a coordenação do Consórcio Público Intermunicipal Caminhos dos Cânions do Sul (CPICCS).

A região possui um acervo patrimonial diversificado, que se constitui por sítios de valor geológico, geomorfológico, histórico, paisagístico, arquitetônico, paleontológico e arqueológico. A isso se somam saberes, celebrações e ofícios que remontam aos povos originários Guaranis Mbyá e Laklãnõ/Xokleng. Posteriormente, a imigração europeia, o escravagismo e os longos anos do tropeirismo contribuíram para a constituição da cultural local.

Mas de que forma o patrimônio cultural vem sendo trabalhado dentro da gestão GMUCCS? Quais bens culturais são reconhecidos como patrimônio pela sociedade e pelos órgãos governamentais? Existem políticas locais voltadas para a promoção e proteção desse patrimônio? Para responder a tais perguntas, este texto efetua um recorte geográfico na base territorial do GMCCS.

A presente pesquisa tem por objetivo refletir sobre o patrimônio cultural existente na região do GMCCS, para então analisar de que forma tal chancela pode contribuir para a promoção e sensibilização para a proteção desse patrimônio. Cabe ressaltar que este artigo se restringe aos bens que abrangem o patrimônio cultural, portanto não incluem o patrimônio geológico, a análise também se restringe aos bens que foram elencados no dossiê de candidatura do GMUCCS perante a UNESCO.

## **2. Metodologia**

Em relação ao desenvolvimento do artigo, a metodologia utilizada baseia-se em pesquisa documental e bibliográfica, esta foi empregada para compreender o surgimento da ideia de patrimônio cultural e de bem patrimonial. A metodologia também foi utilizada para avaliar de que forma o patrimônio cultural é percebido pelo IGGP e pelas redes mundiais de colaboração. Ainda, foi interpretado um conjunto de fontes institucionais, tais como documentos da UNESCO, do CPICCS, do GMCCS e das prefeituras locais. Marcos normativos e convenções internacionais a respeito do patrimônio cultural foram observados. Os dados foram organizados a partir do Dossiê de Aplicação à Geoparque Mundial encaminhado à UNESCO, em 2019, os quais foram compilados e organizados em quadros apresentados no item resultados, deste artigo.

Quanto à indicação dos bens patrimoniais constantes no decorrer do texto, cabe salientar que a análise aqui realizada de forma alguma se constitui em um inventário ou arrolamento de toda a riqueza material e imaterial da região. Procurou-se, tão somente, exemplificar o que os agentes políticos e os gestores do GMCCS já vêm considerando patrimônio na região.

Nesse ponto, foram analisadas especialmente as seguintes fontes documentais: a) Plano Municipal de Cultura (PMC) das cidades de Jacinto Machado, Morro Grande, Praia Grande e Timbé do Sul; b) Dossiê de Aplicação à Geoparque Mundial da UNESCO; c) Relatório da Missão de Avaliação da UNESCO, realizada no GMCCS entre os dias 12 e 16 de novembro de 2021. As análises foram realizadas a partir de fichamento dos documentos e sistematização e apresentados a seguir. Tais documentos naturalmente não esgotam toda a riqueza cultural do geoparque, mas se constituem em fontes documentais válidas, que expressam com grande fidelidade o que atualmente se considera patrimônio cultural da região.

### **3. Referencial teórico – Percepções sobre o patrimônio cultural**

Uma vez que o presente artigo tem por objetivo a discussão em torno do patrimônio cultural presente no GMCCS, se mostra relevante, diante da complexidade e abrangência da temática, identificar o que - e sobre o que - se discute quando utilizamos o termo patrimônio cultural na presente pesquisa.

A palavra patrimônio possui significado amplo e polissêmico, que pode nos remeter desde à construção de sensações sociais de pertencimento, até a questões relativas ao direito de propriedade de bens públicos e privados. O termo, no entanto, pode ser qualificado a partir de uma série de adjetivações que lhe especifica o significado, tais quais patrimônio histórico, patrimônio arquitetônico, patrimônio cultural, dentre inúmeros outros. Tais adjetivações fazem da terminologia patrimônio, nas palavras de Poulot (2006, p. 11), "um conceito nômade", que segue uma particular trajetória (ZANIRATO, 2018; PRATS, 1998).

O patrimônio aqui abordado caracteriza-se como uma invenção e construção social, resultante de processos históricos milenares, mas que constituiu-se como categoria de pensamento na época Moderna, mais especificamente no fim do século XVIII, com a formação dos Estados nacionais (GONÇALVES, 2003). Trata-se de uma categoria de pensamento extremamente relevante nas sociedades modernas, um conceito em constante movimento, produzido ao se defender, "a existência de uma herança pública a ser preservada para o futuro" (ZANIRATO, 2018, p. 10).

Sendo uma construção social, a fronteira entre o que é ou não considerado patrimônio não decorre das propriedades intrínsecas do objeto em questão, mas de uma atribuição de valor efetuada pelos atores sociais envolvidos nesse processo de ativação

patrimonial. Considerando que a ativação patrimonial é uma ação do Estado, tal papel cabe fundamentalmente a agentes políticos designados pelas instâncias governamentais (VILLARROYA, 2002; PRATS, 2005).

Por sua vez, a palavra cultura tem sua origem etimológica em “culto”, adoração à terra, a divindade que é capaz de garantir ao homem todo o suporte necessário para viver. Do latim, “*culturae*” e “*colere*” significam ‘cultivar’ ou o ‘ato de plantar e desenvolver atividades agrícolas’. Sachs (2000, p. 9) afirma que cultura é um mediador entre a sociedade e a natureza, é “todo o nosso conhecimento do meio em que vivemos”.

O recorte que aqui fazemos no amplo conceito de patrimônio incide sobre seu aspecto cultural, indicado por Prats (1998, p. 63) como “todo aquello que socialmente se considera digno de conservación independientemente de su interés utilitario”. Para o autor, tal conceito abrange também o patrimônio natural, uma vez que este trata de elementos culturalmente selecionados (PRATS, 1998).

Oportuno salientar que, historicamente, o patrimônio esteve identificado com as belas artes e com o patrimônio histórico unicamente. Os objetos então patrimonializados – monumentos, referiam-se a grandes acontecimentos históricos ou eram obras procedentes das elites dominantes, tais como templos, palácios e castelos. Tais obras eram consideradas herança do povo e se destinavam às futuras gerações. Posteriormente, a cultura passa a ser vista sob o viés antropológico, que a entende como o modo de vida de um povo ou o conjunto de suas manifestações. A partir de então, junto com o patrimônio histórico e artístico, consideram-se outras manifestações, como o patrimônio arqueológico, paleontológico e etnográfico (ZANIRATO, 2018; VILLARROYA, 2002).

A concepção de bem cultural, entendido por Villarroya (2002, p. 134) como “cualquier manifestación o testimonio significativo de um grupo humano”, surge a partir do século XX, juntamente com outros conceitos-chave a partir dos quais o patrimônio cultural começa a se definir. Busca-se, assim, suprir a visão antiga de patrimônio e englobar no patrimônio cultural todos os objetos e atividades da vida cotidiana dignos de preservação (ZANIRATO, 2018).

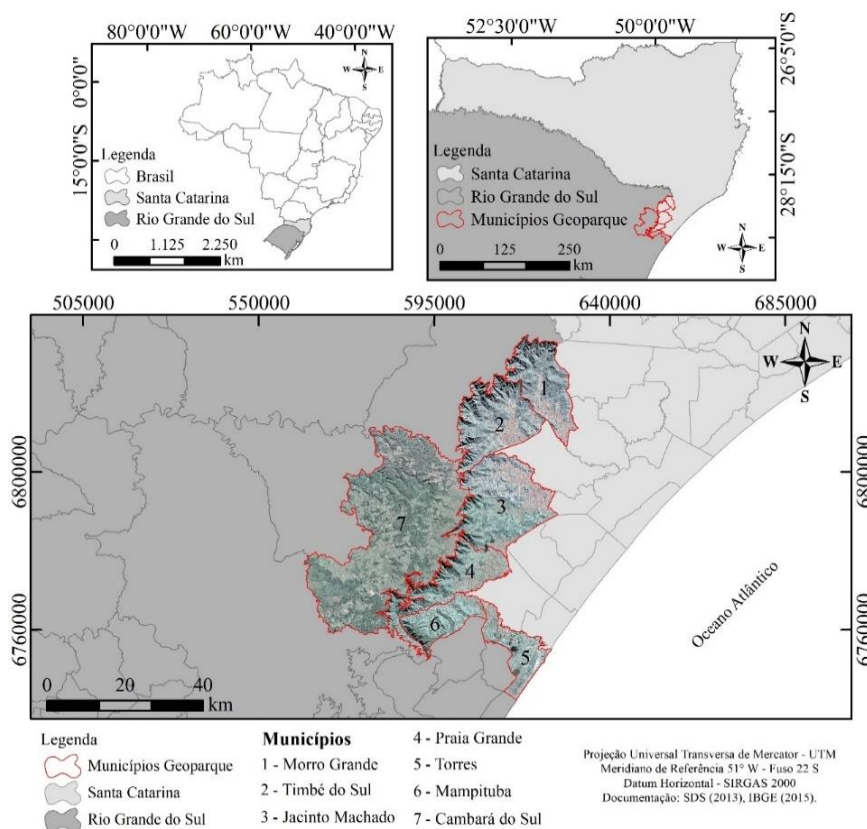
Mas o que faz com que um artefato seja alçado à categoria de patrimônio cultural? Heinich (2018, p. 175) explica que a fabricação do patrimônio cultural leva em consideração alguns critérios fundamentais utilizados pelos agentes do patrimônio. São eles: valor de autenticidade (vínculo entre o estado atual do objeto e a sua origem); valor de antiguidade (relativo à duração do vínculo com a origem); valor de raridade (referente a um pequeno número de itens existentes em uma mesma categoria); valor de beleza (critérios de harmonia, simetria, elegância etc.); e valor de significação (capacidade de transmitir um significado ou simbolizar algo). Tais valores irão variar conforme o objeto a ser analisado, com exceção do valor de autenticidade, que sempre estará presente (HEINICH, 2018).

Ainda que teorias e ações de conservação do patrimônio venham sendo desenvolvidas desde tempos passados, considera-se que foi na segunda metade do século XX que as definições de patrimônio cultural ganharam formato, com a criação de convenções, recomendações, normativas e acordos para sua plena regulamentação. Novos conceitos surgidos a partir dessa época fizeram com que a cultura e os bens culturais, até então atributos exclusivos de elite, passassem a ser vistos como manifestações artísticas populares, com atores provenientes dos mais variados espaços de expressão da atividade humana (ZANIRATO, 2018).

### 3.1 Área de estudo

O território que corresponde atualmente ao GMUCCS compreende uma área total de 2.830,83km<sup>2</sup> (Figura 1). Desses, pouco menos da metade, 1.303.714m<sup>2</sup>, pertencem ao estado de Santa Catarina. A população estimada das quatro cidades catarinenses é de 27.290 habitantes (IBGE, 2022).

Figura 1: Localização do Geoparque Mundial da UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul.



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

As quatro cidades objeto da pesquisa fazem parte da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC), fundada em 1979. Acredita-se que povos originários tenham habitado a região desde 10.000 anos, deixando heranças ainda hoje existentes

como gravuras rupestres e diversas outras ocorrências arqueológicas. Povos históricos meridionais pertencentes ao tronco linguístico Macro Jê (Laklãnõ-Xokleng) e ao tronco linguístico Tupi (Guaranis e Carijós) também estiveram na região. Ainda hoje, cerca de 200 indígenas Mbya Guarani vivem na cidade de Torres/RS, em uma área de 97 hectares nas terras indígenas Tekoa Nhuum Porã. Essa população corresponde a 0,25% dos habitantes do geoparque (GMCCS, 2019).

A região também sofreu a influência cultural do tropeirismo, que contribuiu para o processo de colonização das cidades do extremo sul catarinense. No caminho das tropas surgiram povoados, casas de comércio e construções que ainda hoje remanescem como patrimônio local (CAMPOS *et al.*, 2020).

Cronologicamente, a história da ocupação da região do geoparque inicia com tais povos originários, mas posteriormente sofre a influência de outros processos de colonização. O ciclo de expansão marítima da península ibérica, o regime escravagista, o tropeirismo e os processos de colonização germânica, italiana e polonesa, podem ser citados como pontos fundamentais na formação da identidade e do patrimônio cultural local. A presença de todos esses povos originários e colonizadores pode ser vista nos costumes, tradições, gastronomia e no patrimônio edificado e arqueológico existente no território (PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, 2015).

Em relação aos municípios que compõe o território, uma análise comparativa demonstra algumas semelhanças entre eles. Trata-se de entes federativos de baixa densidade demográfica, baixo índice populacional e com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pouco a baixo da média nacional. Além disso, predomina em todos eles a religião católica, que como se verá no item a seguir, influência significativamente o patrimônio cultural reconhecido como tal pelos agentes políticos responsáveis pela elaboração dos respectivos Planos Municipais de Cultura.

## **4. Resultados e discussões**

### **4.1 Dossiê de Aplicação à Geoparque Mundial da UNESCO**

Em 2019, o CPICCS encaminhou à UNESCO o Dossiê de Aplicação à Geoparque Mundial. Tal dossiê serviu de base para que a Missão de Avaliação da UNESCO emitisse parecer sobre a designação do GMCCS ao título de Geoparque Mundial. Junto ao Dossiê, foi encaminhado o documento complementar com informações sucintas sobre o patrimônio cultural do território, no qual há um detalhamento das principais identificações culturais presentes nas cidades do geoparque.

Os quadros seguintes compilam as informações enviadas à UNESCO em relação ao patrimônio cultural local. Os bens patrimoniais estão classificados em patrimônio material

e imaterial. Dentro dessas duas grandes vertentes, outras classificações foram efetuadas, conforme abaixo. Cabe ressaltar que a todo bem material há uma imaterialidade inerente que está na concepção do objeto e nos significados atribuídos a ele.

Quadro 1 - Patrimônio Cultural Material do GMCCS, baseados no Dossiê de Aplicação à Geoparque Mundial da UNESCO

Patrimônio arqueológico		Povos pré-coloniais	Toda a região
		Povos históricos meridionais	Toda a região
		Povos dos Troncos linguísticos Tupi e Macro Jê	Toda a região
		Gravuras rupestres da Toca do Tatu	Timbé do Sul
		Gravura rupestre no Cânion Malacara	Praia Grande
Patrimônio Edificado (IGREJAS)	Cultural	Igreja Matriz Santa Terezinha do Menino Jesus (1945)	Jacinto Machado
		Paróquia São Sebastião (1918)	Praia Grande
		Igreja Matriz São Roque	Timbé do Sul
		Capela Santa Cruz (1964)	Morro Grande
		Igreja Santa Ana (1930)	Morro Grande
Patrimônio Edificado (MUSEUS)	Cultural	Museu Histórico Municipal de Jacinto Machado (2003)	Jacinto Machado
		Museu da Terra e da Cultura de Morro Grande	Morro Grande
Patrimônio Edificado (MONUMENTOS)	Cultural	Obelisco da Praça São Sebastião	Praia Grande
		Moinho dos Teixeira	Jacinto Machado
		Busto do Capitão Jorge Tramontim	Jacinto Machado
		Monumento as Tropeiros	Praia Grande
Patrimônio Edificado (GRUTAS E SANTUÁRIOS)	Cultural	Gruta Nossa Senhora de Lourdes	Jacinto Machado
		Gruta Nossa Senhora de Lourdes	Morro Grande
		Gruta Maria José	Morro Grande
		Santuário Santa Gertrudes	Morro Grande
Patrimônio Edificado (CASARIOS)	Cultural	Casarão José Serrano (1928)	Praia Grande
		Casarão das Irmãs (1940)	Morro Grande
Patrimônio Edificado (COMÉRCIO E ARQUITETURA RURAL)	Cultural	Casa de Comércio de Gilberto Ronsani (1931)	Praia Grande
		Prédio Comercial e Residencial de Dona Alba (1970)	Praia Grande
		Prédio do Dori (1948)	Praia Grande
		Tafona Serra da Pedra (1930)	Jacinto Machado
		Alambique Adail Ronsani (1970)	Jacinto Machado



	Alambique Valentim Ronsani (1930)	Jacinto Machado
	Alambique de Zelindo Ronsani (1920)	Jacinto Machado
	Bar do Alemão	Timbé do Sul
Caminhos	Caminhos dos Tropeiros	Toda a região
Cemitérios de imigrantes europeus	Cemitérios de imigrantes europeus	Timbé do Sul e Praia Grande

Fonte: GMCCS, 2019.

Quadro 2 - Patrimônio Cultural Imaterial do GMCCS conforme Dossiê de Aplicação a Geoparque Mundial da UNESCO

Tropeirismo	Caminho dos Tropeiros	Morro Grande, Praia Grande, Jacinto Machado e Timbé do Sul
	Lendas e histórias em torno das viagens dos tropeiros dentro do território	
Imigração europeia	Dialetos, variações linguísticas italianas, alemãs e açoriana no idioma dos habitantes da região	Morro Grande, Praia Grande, Jacinto Machado e Timbé do Sul
Gastronomia típica e preparação de alimentos	Garapa), cachaça, tererê, chimarrão, licores, garrafadas (remédios populares), chás, pão sovado, salame, queijos, polenta, fortaia, cucas, minestra, risoto, bolos, tortas (salgadas e doces), torresmo, doces (de abóbora, de ovos, de leite e de frutas), churrasco, produtos derivados da banana, pirão, peixe assado e frito, camarão à milanesa, farinha de mandioca, aipim cozido, batata doce assada, carne suína, banha, compotas, farofas, morcela, carne de sol, bucho, beiju, tapioca, roscas de polvilho, broas de milho, bolachas, pamonha, pinhão cozido e/ou assado, mel, melado, puxa-puxa, pé-de-moleque, galinha ensopada, vinho, cróste, sopas, entrevero, entre outros;	Morro Grande, Praia Grande, Jacinto Machado e Timbé do Sul
	Utensílios: gamelas, pilões, vasilhas de porongos, jiquis, tarrafas etc.	
Cultura Gaúcha	Centro de Tradições Gaúchas: rodeios com competições utilizando o cavalo e laços com corda, apresentações de dança (chula, prendas etc.) e música (chamamé, fandango etc.);	Morro Grande, Praia Grande, Jacinto Machado e Timbé do Sul
	Gastronomia e Culinária: churrasco em fogo de chão, pinhão cozido na chapa do fogão à lenha, carreteiro; Encontros de grupos de laço e folclóricos.	

Artesanato	Associações: Clubes de Mães Municipais, Itaimbé Artes em Praia Grande.	Morro Grande, Praia Grande, Jacinto Machado e Timbé do Sul
	Artesãos: Claudinei Rogério Valim, Luiz Macedo, Eraldo Macedo, Augustinho Biff, <b>entre outros</b> ;	
	Matérias-Primas: Fibras de Taboa e Bananeira, cipós, madeiras, tecidos, lã, couro, linho, seixos rolados, fios, bambu, <b>entre outros</b> ;	
	Produtos: bolsas, mochilas, vasos, pratos, esteiras, cestos, balaios, panos, toalhas, chinelos, cuias, tapetes, toucas, vasilhas, ponchos, palas, botas, chapéus, cordas etc.	
Folclore	Lendas: o Gritador, Bruxas, Lobisomem, o Macaco Voador, Assombrações, Menino Negro, Boitatá, Ouro dos Jesuítas, Despacho etc.	Morro Grande, Praia Grande, Jacinto Machado e Timbé do Sul
	Manifestações, Jogos e Costumes: Boi de Mamão em Jacinto Machado e Timbé do Sul, Mora, Bocha, Roda de Viola, Novenas.	
Literatura	"Jacinto Machado Capital da Banana", "Contos e Causos de Morro Grande", "O Prisioneiro da Montanha", "A Menina que Chorou Depois de Morta";	
Festas Populares	Festa de Santa Cruz, Festa de Santa Gertrudes em São Bento, Agrofest, Festas Juninas locais.	Morro Grande
	Festa de São Roque em Pedra Branca; Festa de Santo Antônio em Rio do Boi; Festa de Cristo Rei em Figueira.	Praia Grande
	Festa de São Sebastião em Rocinha; Festa de Nossa Senhora das Graças.	Timbé do Sul
Arte	Artes Visuais: Jairo Valdati, Salvio Daré, Renato Rocha, Gabrieli Salvalaio, Aline De Noni, Kamila da Silva Rovaris, Neusa Milanez, <b>entre outros</b> ;	Morro Grande, Praia Grande, Jacinto Machado e Timbé do Sul
	Música: Grupos de Violão de Praia Grande, Coral Italiano, Grupo Gaudérios do Sul, Grupo Bailaço, Grupo Musical Invernada Artística, Cantor Kauê Mateus Belletini, Orquestra Municipal de Praia Grande, Coral Municipal de Jacinto Machado, <b>entre outros</b> ;	
	Dança: Grupos de Dança de Praia Grande e Jacinto Machado.	
Ofícios	Parteiras, benzedeiros, lavadeiras, tropeiros.	Morro Grande, Praia Grande, Jacinto Machado e Timbé do Sul

Fonte: GMCCS, 2019.

O patrimônio cultural listados nos quadros 1 e 2 denotam um total de nove categorias de bens materiais e oito categorias de bens imateriais. Desses bens, pode-se observar a diversidade e a riqueza do patrimônio cultural existentes no GMUCCS. É certo que esses bens culturais materiais e imateriais expressam experiências de vida enraizadas no espaço em tempos prescritos e presente. Observa-se nesta listagem os produtos culturais no âmbito de produtores e consumidores na tessitura do mercado simbólico (MENESES, 2009). É nítido que ao criar-se esses grupos de bens, escolhendo uns e não escolhendo outros se faz o jogo das práticas sociais, ao produzir valor, especialmente o da comunidade, consubstanciado pela chancela do poder público de cada localidade e, por último da UNESCO a partir do reconhecimento deste território como um Geoparque Mundial.

Cabe um destaque à visão interdisciplinar e multidimensional do patrimônio cultural, visto que os quadros 1 e 2 denotam diferentes patrimônios registrados na região do Geoparque chancelado pela UNESCO. Decorre o cuidado de evitar a fragmentação, os patrimônios existentes são cultural, natural, material e imaterial. A força está no reconhecimento desses diferentes bens pela comunidade da região.

#### 4.2 Relatório da missão de avaliação da UNESCO

O relatório da Missão foi finalizado em 30 de novembro de 2021, e culminou na chancela do GMCCS no ano seguinte. Tal documento faz menção à existência de elementos de patrimônio cultural e de geossítios culturais no território (UNESCO, 2021).

O relatório menciona - em toda a base territorial do geoparque - um patrimônio cultural material formado por cerca de: a) oito edifícios religiosos, como igrejas e paróquias; b) quatro museus históricos; c) nove monumentos históricos; d) seis santuários; e) três grandes casas e edifícios históricos; f) nove elementos históricos para o comércio e a arquitetura rural, como alambiques, casas para o comércio etc.; g) itinerários históricos; h) objetos arqueológicos como pontas de lança, sucateiros, entre outros (UNESCO, 2021).

Quanto ao patrimônio imaterial, cita-se: a) tropeirismo; b) cultura gaúcha; c) línguas e dialetos oriundos da imigração europeia do século XIX; d) gastronomia; e) cultura rural e agricultura; f) artesanatos e suas técnicas; g) mitos e lendas associadas às paisagens do geoparque; h) literatura; i) costumes e tradições indígenas; j) festividades; k) artes; e l) ofícios tradicionais (UNESCO, 2021).

Válido aqui considerar que o território do GMUCCS possui apenas um bem patrimonial tombado, a Igreja de São Domingos, localizada na cidade de Torres/RS. A igreja foi considerada patrimônio cultural do estado do Rio Grande do Sul, registrada no respectivo livro em data de 02.07.1983 (GMCCS, 2019).

### 4.3 Planos Municipais de Cultura

A Lei nº 12.343/2010 instituiu o Plano Nacional de Cultura<sup>1</sup> e definiu, no artigo 3º, § 3º, que os entes federados que aderissem voluntariamente a tal programa deveriam, no prazo de um ano, criar seus respectivos Sistemas Municipais de Cultura. Conseqüentemente, deveriam elaborar um PMC que estabelecesse princípios e objetivos para o desenvolvimento cultural em um período de 10 dez anos. As cidades do extremo sul catarinense criaram suas diretrizes no ano de 2015, com ações e metas para o decênio de 2016 a 2026.

O PMC tem como finalidade, dentre outras, “a proteção e a promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural”, e “a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico” (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÉ DO SUL, 2015, p. 25). Em seu corpo, tais documentos incluem um diagnóstico do patrimônio cultural presente em cada um dos municípios. Vale notar que cada município adotou critérios próprios para selecionar seus bens patrimoniais ou para descrevê-los. Também, observou-se que cada plano utilizou formas particulares de classificar o patrimônio ou as manifestações culturais como patrimônio material ou imaterial.

Em relação ao PMC do município de Jacinto Machado, o diagnóstico do patrimônio material se volta principalmente ao patrimônio edificado religioso. São elencadas 27 igrejas ou locais de culto. Na arquitetura rural, destacam-se cinco alambiques, além de um moinho e uma atafona. Espaços culturais como a Biblioteca Pública, o Museu Histórico Municipal e a Praça Pública Capitão Jorge Tramontim também são citados. Em relação ao patrimônio imaterial, cita-se uma manifestação folclórica (boi de mamão), artesanato (fibras de bananeira), culinária (resultado da interação de costumes indígenas e africanos associados às tradições açorianas e italianas), manifestações culturais, como livros, artes plásticas, músicas e festas. O PMC cita as Paleotocas, que foram feitas por animais pré-históricos, ocupadas pelos indígenas Laklãño-Xoklengs como sítios arqueológicos presentes na região (PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, 2015).

Morro Grande destaca como patrimônio material edificado 08 igrejas ou locais de culto, além de obras de arquitetura. Quanto ao patrimônio imaterial, o plano faz referência a tradições deixadas pelos indígenas que habitaram a região, acrescidas daquelas posteriormente trazidas por imigrantes europeus que, passadas de geração em geração,

---

1 Em seu artigo 3º, VI, a Lei nº 12.343 dispõe que compete ao Poder Público, dentre outras atribuições, “garantir a preservação do patrimônio cultural brasileiro, resguardando os bens de natureza material e imaterial, os documentos históricos, acervos e coleções, as formações urbanas e rurais, as línguas e cosmologias indígenas, os sítios arqueológicos pré-históricos e as obras de arte, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência aos valores, identidades, ações e memórias dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

exercem grande influência no cotidiano das comunidades locais. São também citados, mitos, lendas, causos e crendices, que normalmente envolvem a natureza e as matas locais. Percebe-se, também, forte ligação do patrimônio cultural com as religiosidades, principalmente com a religião católica. A Via-sacra, Santinha, celebração da Santa Ceia, batismo do Espírito Santo, dentre outras manifestações e festas religiosas são tidas como manifestações culturais locais (PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE, 2015).

O PMC classifica como “memórias de edificações e lugares” alguns geossítios locais, tais como, Furnas, Cânion Realengo, Pedra Cabeça de Urso, Cachoeira do Tatu, Cachoeira do Saltinho, Cachoeira Arco Íris, dentre outros (PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE, 2015).

A terceira cidade, Praia Grande, também enfatiza o patrimônio religioso em seu descritivo, com 21 bens patrimoniais edificados associados às religiosidades (igrejas e capelas) e 18 celebrações religiosas relacionadas a inúmeros padroeiros, como Nossa Senhora Mãe dos Homens e Santa Isabel da Hungria. Mencionam-se outros patrimônios edificados como casas, edifícios, tafonas, obeliscos e chafarizes. Destacam-se também salões comunitários associados a diversas comunidades, tais como Rio do Boi, Pedra Branca, Pé da Serra e Mãe dos Homens. Incluídos no patrimônio imaterial estão lendas (O Gritador, Filha bruxa, Filho lobisomem e Macaco Voador), artesanatos (fibras de taboa e de bananeira), danças e festividades locais (PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE, 2015).

O PMC de Praia Grande menciona três sítios arqueológicos, caracterizados como geossítios integrantes do então Projeto de Geoparque Caminhos dos Cânions do Sul. São eles: Pedra Branca, Cânion Itaimbezinho e Cânion Malacara (PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE, 2015).

Timbé do Sul reporta um patrimônio material voltado para o edificado, citando a Igreja Matriz, a Biblioteca Pública, o Museu do Alemão, dentre outros. Percebe-se a valorização do artesanato local de cipó, taquara, madeira e couro, com a menção de alguns artesãos locais. Ainda, lendas (Menino Negro, Boi Tatá, do Despacho) e benzedeadas destacam-se dentre o patrimônio imaterial. Como ocorre nas demais cidades, percebe-se a influência da religião católica nas festas tradicionais e manifestações religiosas. São identificadas 32 manifestações culturais de base religiosa e apenas um festival cultural sem cunho religioso. O PMC cita, ainda, a Paleotoca Toca do Tatu e suas inscrições rupestres como sítios arqueológicos presentes na região (PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÉ DO SUL, 2015).

#### 4.4 Estratégias para proteção do patrimônio cultural na gestão do GMCCS

Sachs (2000, p. 9), ao discorrer sobre a dimensão cultural do desenvolvimento, defende a necessidade de se incorporar ao conhecimento científico moderno os

conhecimentos que as populações locais têm sobre o meio em que vivem. A cultura, assim, pode ser considerada um fator fundamental no processo de desenvolvimento local e regional sustentável. Valorizar a cultura regional, nas palavras de Lustosa (2010, p. 152), significa “desenvolver ações culturais identificadas com as vocações e potencialidades regionais, o que requer a criação de instâncias democráticas de compartilhamento de ideias, de formulação de planos, execução e monitoramento de ações”. No caso da região do extremo sul catarinense, em especial no território do GMCCS, tais premissas podem também ser consideradas válidas.

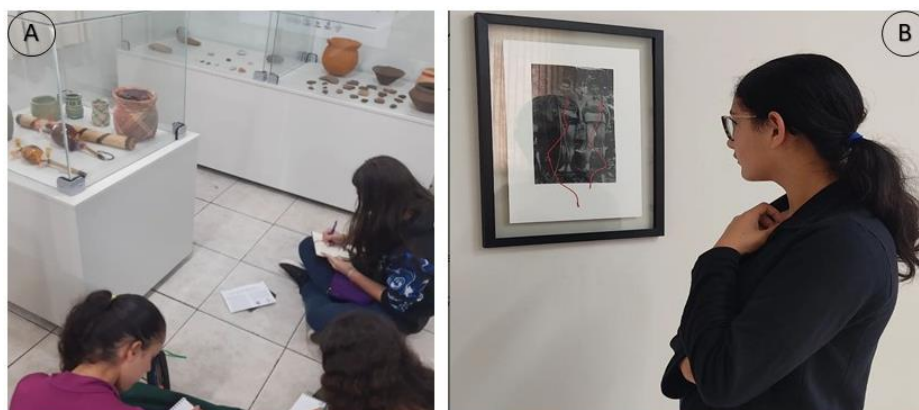
Partindo do pressuposto de que a cultura é um dos pilares para o desenvolvimento sustentável e sendo tal forma de desenvolvimento um dos objetivos precípuos dos Geoparques Mundiais, busca-se entender de que forma o GMCCS, por meio de seu órgão gestor – CPICCS -, vem desenvolvendo ações relacionadas ao patrimônio cultural no geoparque. Pela pesquisa efetuada, alguns pontos merecem ser considerados.

O GMCCS demonstra preocupação com a educação patrimonial, desenvolvendo uma série de projetos voltados para esta temática. Um exemplo é o “*Seminário sobre Educação Patrimonial*”, ofertado virtualmente nos anos de 2021 e 2022. Neste evento, se constata a presença de diversas palestras dedicadas à discussão do patrimônio cultural nos geoparques. Podemos mencionar as seguintes: *Arqueologia no sul de Santa Catarina, Cultura Material e Ocupação Humana*, de Juliano Bitencourt Campos; *O patrimônio artístico do extremo sul catarinense, poéticas movimentações e contemporaneidade*, de Mikael Miziescki; *Aproximação entre Educação e Patrimônio: perspectivas e desafios contemporâneos*, de Fernando César Sossai; *Patrimônio cultural (i) material*, de Jaqueline de Jesus Hoiça.

Projetos de educação são voltados também para estudantes do ensino fundamental e médio da região. Nos últimos anos, cerca de 76 escolas públicas (municipais e estaduais) e cerca de 12 mil alunos foram envolvidos em atividades educacionais apoiadas pelo GMCCS (GMCCS, 2023).

Também visando a educação patrimonial, o GMCCS firma parcerias e apoia quatro museus estabelecidos no território do geoparque: o Museu da Terra e da Cultura, em Morro Grande; Museu Histórico Municipal Irmã Tarcila Montandon Afonso, em Cambará do Sul; Museu Histórico, Antropológico, Arqueológico e Oceanográfico, em Torres; e o Museu Histórico, em Jacinto Machado. Oficinas, palestras e rodas de conversas são promovidas frequentemente no intuito de trocar conhecimentos sobre o patrimônio cultural local (Figura 2)

Figura 2: Projetos educacionais e exposições em museus



Fonte: Imagem A: Prefeitura Municipal de Morro Grande. Imagem B: Arquivo pessoal dos autores. Legenda: Imagem A: Pesquisas dos alunos do Ensino Médio da EEB Ana Machado Dal Toé sobre o acervo arqueológico do Museu da Terra e da Cultura de Morro Grande (2023). Imagem B: Exposição artística sobre os povos originários Laklãnõ-Xokleng no Museu Histórico de Jacinto Machado.

Igualmente, o “*GEOCAST, o podcast do Geoparque Cânions do Sul*”, traz importantes discussões relacionadas à arqueologia, cosmologia dos povos originários, paleontologia, dentre outros assuntos. O Episódio 2 do GEOCAST, por exemplo, teve como convidado o professor Juliano Bitencourt Campos, abordando o tema a “*Arqueologia do território do Geoparque*”. Discutiu-se aspectos relacionados aos povos pré-históricos do extremo sul catarinense, a exemplo dos Laklãnõ/Xokleng e Guaranis.

O Regulamento Interno do CEC do GMCCS demonstra preocupação com o patrimônio cultural e populações locais ao incluir dentre seus objetivos, “promover estudos científicos para produzir e disseminar conhecimentos relacionados aos temas da Geoconservação, do Geoturismo e da Geoeducação no território do Geoparque, integrado aos saberes locais” (CPICCS, 2018, p. 01). De fato, vários convênios de cooperação técnica e parcerias foram firmadas entre o GMCCS e universidades públicas e particulares.

Podem ser citadas, por exemplo, parcerias com o Instituto Federal Catarinense (IFC), Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), Universidade do Contestado, Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESCO, entre outras. Recentemente, o GMCCS firmou um acordo de parceria técnica com o Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), com objetivo de ampliar os estudos sob a perspectiva do patrimônio cultural.

O incentivo à produção científica pode também ser considerado um estímulo à proteção e promoção do patrimônio cultural no GMCCS. O geoparque dispõe em seu *site* de uma Biblioteca Virtual, com 90 trabalhos acadêmicos, pesquisas científicas e publicações especiais, que reúnem informações sobre arqueologia, paleontologia, cultura, história, povos e comunidade tradicionais, entre outros. Publicações importantes sobre o patrimônio

cultural podem ser citadas: Santos; Pavei; Campos, ,2015, 2016; Cezaro; Santos; Campos, 2016; Campos *et al.*, 2020; Miziescki, 2021.

## 5. Considerações finais

Com as pesquisas efetuadas, observou-se que o patrimônio cultural se constitui em elemento fundamental na composição dos Geoparques Mundiais. Tais territórios têm como propósito o desenvolvimento econômico local, que não pode ser atingido se não houver a mobilização das comunidades no sentido de afirmação de sua identidade e consequente agregação de valor aos seus bens e produtos culturais.

Percebeu-se, pela análise dos PMC, que o território catarinense integrante do GMCCS se constitui de áreas de baixo desenvolvimento econômico, baixo IDH e com atividade econômica voltada para o meio rural. Constatou-se também que a região sofre com a emigração da população. Nas últimas décadas, houve redução no número de habitantes da região. Nesse sentido, o incremento das atividades econômicas advindas da chancela do GMCCS pode contribuir para a diminuição do êxodo da população para os grandes centros urbanos (PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE, 2015; PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, 2015; PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE, 2015; PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÉ DO SUL, 2015).

Em relação ao patrimônio cultural presente no território, constatou-se que a administração pública diagnostica como bens dignos de proteção, principalmente, aqueles de cunho religioso, como igrejas, capelas, grutas, procissões e lendas relacionadas à religião católica. Foram citadas 53 igrejas, casas paroquiais ou templos, e 54 manifestações religiosas como festas e celebrações. Costumes e modos de fazer relacionados ao tropeirismo e à colonização europeia também são recorrentes.

Em relação aos 23 geossítios catalogados pelo GMCCS no estado de Santa Catarina, os planos fazem menção a apenas cinco: Toca do Tatu (Timbé do Sul), Cânion Malacara (Praia Grande), paleotocas ocupadas pelos indígenas Laklãnõ-Xokleng (Jacinto Machado e Morro Grande) e Cachoeira do Tatu (Morro Grande). Importante o registro de que a única cidade que menciona legislação específica de registro de bens culturais de natureza material ou imaterial é a cidade de Praia Grande, por meio da Lei Municipal nº 2.406/2013.

Em relação ao CPICCS e à gestão do GMCCS, notou-se considerável preocupação com a promoção e proteção do patrimônio e da diversidade cultural da região. O acordo de cooperação técnica firmado com o Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da UNIVILLE demonstra o interesse em ampliarem-se os estudos relacionadas a esta temática.



Outro ponto positivo é a criação do Comitê Técnico de Cultura, subordinado ao CPICCS, que tem por objetivo estreitar os laços das comunidades com o patrimônio, preservar a memória, além de proteger a cultura local. O Dossiê enviado à UNESCO em 2019 trazia a relação dos 26 profissionais que compunham o Comitê Educativo Científico (CEC) do GMCCS na época da submissão. Desses 26 profissionais, 19 eram geógrafos e geólogos, 3 eram biólogos, 2 engenheiros e 2 historiadores e 1 turismólogo. Não se identificou nenhum componente relacionado ao patrimônio cultural especificamente (GMCCS, 2019). A criação do citado Comitê reforça, agora, o comprometimento do geoparque com a cultura.

Acredita-se, por fim, que a implementação do geoparque irá encorajar, por parte dos entes públicos, a criação de políticas públicas e de legislações específicas para a salvaguarda dos bens patrimoniais. O patrimônio cultural se mostra de fundamental relevância para as sociedades do presente e do futuro, por isso a necessidade de sensibilizar a sociedade para que esta perceba sua importância, contemple suas manifestações e desenvolva o olhar para a preservação.

## Agradecimentos

Os autores agradecem a Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) pela bolsa de estudos concedida a primeira autora. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pela bolsa de Produtividade em Pesquisa do quarto autor (Processo 312543/2022-0). Também a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina – FAPESC pela concessão da bolsa de estudos do quinto autor (Cp – 48/2021). À equipe técnica do Geoparque Mundial da UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul, pelas colaborações e auxílio na pesquisa. O Artigo faz parte das pesquisas realizadas na Dissertação da primeira autora no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade em nível de Mestrado da UNIVILLE, defendida em 2023 intitulada “Geoparques Mundiais da UNESCO - Um Caminho para o Desenvolvimento Sustentável e para a Proteção do Patrimônio Cultural. A Experiência do Geoparque Mundial da UNESCO Caminhos dos Cânions do Sul, Brasil”.

## Referências bibliográficas:

BRILHA, José. Rede Global de Geoparques Nacionais: Um instrumento para a promoção Internacional da Geoconservação. In: SCHOBENHAUS, C.; SILVA, C.J.(org). **Geoparques do Brasil : propostas**. Rio de Janeiro: CPRM, 2012. v. 1, p.29-38

CAMPOS, Juliano Bittencourt; ZILLI, Edson; MATIAS, Carlos dos Passos Paulo; SANTOS, Marcos César Pereira; SILVEIRA, Paola Vieira da; LADWIG, Nilzo Ivo. Patrimônio histórico edificado dos caminhos das tropas na região do Extremo Sul catarinense. **Revista Memorare**, [S.L.], v. 7, n. 2, p. 199, 8 set. 2020. Anima Educação.

<http://dx.doi.org/10.19177/memorare.v7e22020199-215..>

CEZARO, Hérom Silva de; SANTOS, Marcos César Pereira; CAMPOS, Juliano Bitencourt. Possibilidades para uma interpretação de sítios com arte pré-histórica: o caso do sítio malacara i e toca do tatu. **Revista Memorare**, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 47, 27 jun. 2016. *Anima Educação*. <http://dx.doi.org/10.19177/memorare.v3e1201647-72..>

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. *In*: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 22-29.

HEINICH, Nathalie. A fabricação do patrimônio cultural. **Fronteiras: revista catarinense de história**, n.32, p. 175-186, 2018. <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/FRCH/article/view/10603/7082>

HENRIQUES, Maria Helena; BRILHA, José. UNESCO Global Geoparks: a strategy towards global understanding and sustainability. **Episodes**, [S.L.], v. 40, n. 4, p. 349-355, 1 dez. 2017. <https://doi.org/10.18814/epiugs/2017/v40i4/017036>

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. Conferência Magna, I Fórum Nacional de Patrimônio Cultural, v.1. Ouro Preto, 2009. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/4%20-%20MENESES.pdf>

MIZIESKI, Mikael. **A arte contemporânea do extremo sul catarinense: poéticas, movimentações e desafios patrimoniais**. Orientador: Nadja de Carvalho Lamas. 2021. 330f. Tese (Mestrado em Patrimônio Cultural de Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2021.

PIJET-MIGOŃ, Edyta; MIGOŃ, Piotr. Geoheritage and Cultural Heritage—A Review of Recurrent and Interlinked Themes. **Geosciences**, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 98, 21 fev. 2022. MDPI AG. <http://dx.doi.org/10.3390/geosciences12020098>.

PORSHNOV, Dmitry; BURLAKOV, Juris; KRIIPSALU, Mait; PILECKA, Jovita; GRINFELDE, Inga; JANI, Yahya; HOGLAND, William. Geoparks in cultural and landscape preservation context. **Research For Rural Development**, [S.L.], p. 1-15, 12 dez. 2019. Latvia University of Life Sciences and Technologies. <http://dx.doi.org/10.22616/rrd.25.2019.023>.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2006. 239 p.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. **Política y Sociedad**, Madrid, p. 63-76, 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO. Plano Municipal de Cultura de Jacinto

Machado. Jacinto Machado, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE. Plano Municipal de Cultura de Morro Grande. Morro Grande, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE. Plano Municipal de Cultura de Praia Grande. Praia Grande, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÉ DO SUL. Plano Municipal de Cultura de Timbé do Sul. Timbé do Sul, 2015.

ROSADO-GONZÁLEZ, Emmaline M.; PALACIO-PRIETO, José Luis; SÁ, Artur Abreu. Geotourism in Latin America and Caribbean UNESCO Global Geoparks: contribution for sustainable development goals. **Technological Progress, Inequality And Entrepreneurship**, [S.L.], p. 107-121, 29 ago. 2019. Springer International Publishing. [http://dx.doi.org/10.1007/978-3-030-26245-7\\_7](http://dx.doi.org/10.1007/978-3-030-26245-7_7).

SACHS, Ignacy. Sociedade, Cultura e Meio Ambiente. **Mundo & Vida**, v. 2, p. 7-13, 2000.

SANTOS, Anna Lethicia dos; BANDEIRA, Dione da Rocha; CARELLI, Mariluci Neis; CAMPOS, Juliano Bitencourt; SILVA, José Gustavo Santos da; MIZIESCKI, Mikael. Southern Canyons Pathways UNESCO Global Geoparks: strategies for sustainable development. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, [S.L.], v. 17, n. 10, p. 1-18, 24 out. 2023. <http://dx.doi.org/10.24857/rgsa.v17n10-050>.

UNESCO (2015). **Estatuto do Programa Internacional de Geociências e Geoparques**. 38ª Conferência Mundial. Paris, nov. 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000260675>. Acesso em: 27 jul. 2022.

UNESCO (2016). UNESCO Global Geoparks. **Celebrating Earth Heritage, Sustaining local Communities**, 2016. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000243650>. Acesso em: 27.07.2022.

UNESCO (2021). UNESCO Global Geoparks. **Relatório da Missão de Avaliação da UNESCO**, 2021.

VILLARROYA, Antonio Ariño. La expansión del patrimonio cultural. **Revista de Occidente**, Madrid, p. 129-150, 2002.

ZANIRATO, Sílvia Helena. Patrimônio e identidade. **Revista Cpc**, [S.L.], v. 13, n. 25, p. 7-33, 24 set. 2018. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v13i25p7-33>.